

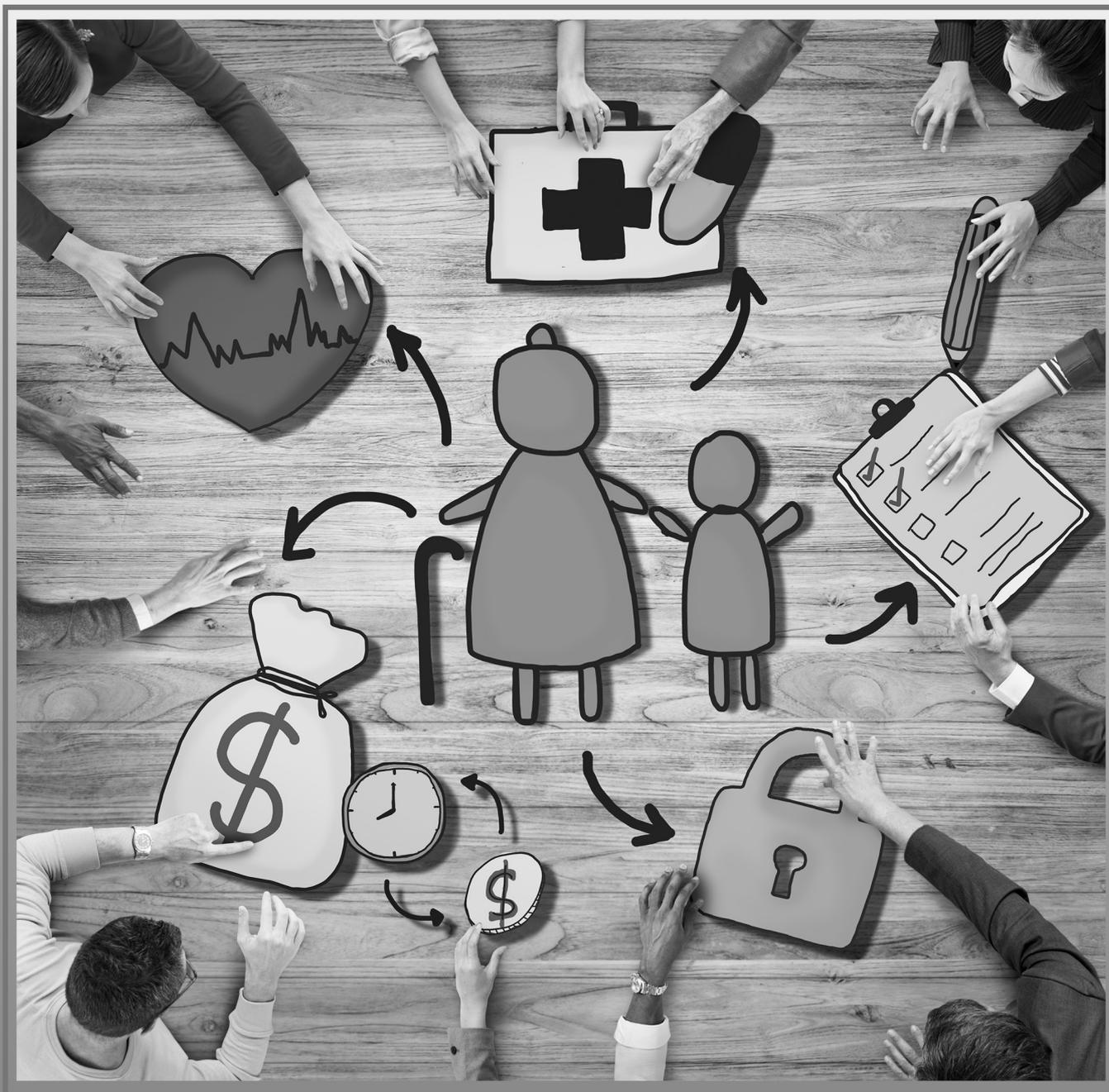


Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

4

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 4 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-234-0

DOI 10.22533/at.ed.340202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: ASPECTOS DA RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR	
Eugênia Aparecida Cesconeto	
Monica Pereira	
Wanderléia Pereira Gomes Gaidarji	
DOI 10.22533/at.ed.3402029071	
CAPÍTULO 2	11
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES	
Jociane Souza da Silva	
Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta	
Victor Tavares Batista	
Simone Silva	
Bruno Xavier Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3402029072	
CAPÍTULO 3	21
A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E AS FACÇÕES DO TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Alice Mendes Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3402029073	
CAPÍTULO 4	29
RESPONSABILIZAÇÃO ESTATAL E ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: UM OLHAR AO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	
Franciele Theves da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.3402029074	
CAPÍTULO 5	42
O TRABALHO INFANTIL E O TRÁFICO DE DROGAS: UMA RELAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS	
Luciano Aparecido Pereira Junior	
Regina Célia de Souza Beretta	
DOI 10.22533/at.ed.3402029075	
CAPÍTULO 6	54
PROTOCOLO TÉCNICO-OPERATIVO DE ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	
Marlí Elisa Nascimento Fernandes	
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin	
Maria Lúcia Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.3402029076	
CAPÍTULO 7	66
FAMÍLIAS COMO FOCO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3402029077	

CAPÍTULO 8	76
FAMÍLIA E SERVIÇO SOCIAL: NO DESAFIO DO FORTALECIMENTO DAS REDES PRIMÁRIAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	
Débora Holanda Leite Menezes Maurício Caetano Matias Soares	
DOI 10.22533/at.ed.3402029078	
CAPÍTULO 9	87
A PERCEPÇÃO DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS A PARTIR DA ATUAÇÃO EM ENTIDADE SOCIOASSISTENCIAL NO RIO DE JANEIRO	
Patrícia Quinto Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3402029079	
CAPÍTULO 10	99
PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MÃES ADOLESCENTES ATENDIDAS NA “ALA SANTANA” – MATERNIDADE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	
Amanda dos Santos Silva Midiã Olivia Bentes Sant'ana Priscila Elen Souza Oliveira Yasmin Thais Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290710	
CAPÍTULO 11	112
RECORTES SÓCIOS HISTÓRICOS DAS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO EM TEMPOS DE CAPITALISMO	
Francisco das Chagas dos Santos Alves Aldení Gomes de Araújo Júnior Luan Alexandre da Silva Dantas Vanessa Amancio da Silva Hiorrana Larissa da Silva Flaviana Fernandes Martins Mariana Dantas Maria do Rosário Santos	
DOI 10.22533/at.ed.34020290711	
CAPÍTULO 12	122
O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: ALGUMAS EXPLICAÇÕES TEÓRICAS	
Jailma da Costa Batista Ranyellen Félix de Souza Felicidade Dayana Monteiro Dias Andressa Cassiano de Araújo Francely dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34020290712	
CAPÍTULO 13	132
TRÁFICO DE DROGAS E O CRESCENTE APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	
Gláucia Maria Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.34020290713	
CAPÍTULO 14	141
DESCOBRINDO A DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER	
Maria Auxiliadora de Castro Coutinho	

CAPÍTULO 15	149
MULHERES QUE COMETEM CRIMES: VÍTIMAS OU CULPADAS? AS MARCAS DA INSERÇÃO FEMININA NO SISTEMA PRISIONAL	
Priscilla Brandão de Medeiros Kaedna Coleta Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.34020290715	
CAPÍTULO 16	161
ENTREGA VOLUNTÁRIA EM ADOÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE SANTO AMARO	
Ana Lucia Oliveira Ramos Michelle Cavalli	
DOI 10.22533/at.ed.34020290716	
CAPÍTULO 17	175
ENVELHECIMENTO, TRABALHO E APOSENTADORIA: EXPECTATIVAS E PLANEJAMENTO PARA A VIDA PÓS-TRABALHO	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.34020290717	
CAPÍTULO 18	193
ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.34020290718	
CAPÍTULO 19	205
O BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO: DO RECONHECIMENTO À NEGAÇÃO	
Pamalla Sheron Gomes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.34020290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FRENTE A MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES

Data de aceite: 01/07/2020

Jociane Souza da Silva

Universidade Veiga de Almeida

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/4604403936652400>

Rodrigo de Oliveira Bastos Trotta

Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/5207271513395747>

Victor Tavares Batista

Universidade Salgado de Oliveira

São Gonçalo – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/5594507731987017>

Simone Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Niterói – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/0447543739627744>

Bruno Xavier Campos

Universidade Federal Fluminense

Niterói – Rio de Janeiro

<http://lattes.cnpq.br/8678133259258753>

RESUMO: Relato de experiência a partir da vivência na gestão de uma Unidade Municipal de Acolhimento Institucional destinada a medida protetiva para adolescentes. Enfatizando a importância do planejamento das ações para análise e viabilidade da proposta de trabalho

perspectiva da garantia de direitos para o público acolhido.

PALAVRAS-CHAVE: acolhimento institucional, adolescentes, planejamento, direitos.

THE IMPORTANCE OF PLANNING ACTIONS AGAINST THE PROTECTIVE MEASURE OF INSTITUCIONAL CARE FOR TEENAGERS

ABSTRACT: Relation of experience from the experience in the management of a Municipal Institutional Reception Unit aimed at the protective measure for adolescents. Emphasizing the importance of planning the actions for analysis and feasibility of the work proposal perspective of warranty right for the target public.

KEYWORDS: institutional host, teenagers, planning, directs.

INTRODUÇÃO

Este texto foi desenvolvido a partir da experiência do trabalho profissional, enquanto assistente social, inserida desde 2012 na gestão, ocupando o cargo de direção de um equipamento da política de assistência social no município do Rio de Janeiro. Trata-se de

um serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo, fazendo parte da 2ª Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos- CASDH. É um serviço da proteção especial de alta complexidade previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde se destina a acolhimento provisório e excepcional, sob medida de proteção, a adolescentes do sexo feminino (entre 13 e 17 anos) em situação de vulnerabilidade social, de acordo com o preconizado no Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Identificamos em nosso contexto institucional, adolescentes sem referência familiar, vítimas de negligência, abandono, violência doméstica, abuso sexual, exploração sexual, situação de rua, entre outros, que necessitam de medida protetiva e que após ser devidamente aplicada mediante determinação judicial seguem para este equipamento através de Guia de Acolhimento.

Contemplamos o planejamento de atendimento individual comprometido com a reinserção familiar e/ou comunitária, na perspectiva da não institucionalização das adolescentes, estabelecendo metas que favoreçam a permanência pelo tempo mínimo possível garantindo os encaminhamentos necessários diante das demandas identificadas.

A proposta de trabalho ora desenvolvida está fundamentada na visão de que a Assistência Social é um direito, um instrumento de concretização da democracia e da justiça, mecanismo de enfrentamento da pobreza, no sentido de proteger os grupos vulneráveis e promover a universalização dos direitos sociais.

Assim compartilhamos o planejamento construído por esta gestão na perspectiva da garantia dos direitos, fortalecimento e defesa do SUAS. Buscando contribuir com a reflexão acerca da atuação do(a) assistente social considerando os desafios e limites impostos diante das transformações societárias contemporâneas na ordem do capital, “que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.” (NETTO, 1996:87)

Necessariamente precisamos apreender a realidade concreta que transcende a aparência do imediatismo, porque a situação atual é um produto histórico resultante da forma de organização da sociedade diante da mundialização do capital, num contexto que envolve conflitos sociais e políticos, marcado por correlações de força e pelas contradições e lutas de classe, e que registra um verdadeiro retrocesso social com a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora, respaldado pela ideologia neoliberal, doutrina político-econômica dominante que servindo ao capital, tem o intuito de romper com as formas de controle sociopolíticas que atravancam seu movimento. (grifos da autora)

Destacamos então a relevância da compreensão da totalidade social, como menciona Lukács que “somente nesse contexto, que integra os diferentes fatos da vida social

(enquanto elementos do desenvolvimento histórico) numa totalidade, é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade” (LUKÁCS, 2003:76).

Nesse contexto evidenciamos a importância da análise crítica quanto às demandas que perpassam o cotidiano profissional, enfrentando o fatalismo e messianismo (IAMAMOTO, 1992), rompendo com o conservadorismo da gênese da profissão que ainda se faz presente. Portanto acreditamos no planejamento das ações, que envolve a sistematização da prática profissional, com necessário tempo de estudo, avaliação, troca de conhecimento com a equipe técnica e com a rede de proteção e análise dos resultados que proporciona redirecionamento e melhoramento das ações. Trata-se de um processo sistemático, como afirma Amencar (1997:6) “os integrantes de uma organização identificam e definem ações que precisam ser executadas para superar problemas, fortalecer potencialidades e alcançar objetivos comuns”.

COMPREENDENDO A PROPOSTA DE MEDIDA PROTETIVA PARA ADOLESCENTES

A década de 1980 foi palco de diversos movimentos sociais lutando pela democracia e por uma nova postura do Estado e de suas instituições autoritárias perante a sociedade, o que culmina na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF88).

No campo dos direitos da criança e do adolescente, a Carta Cidadã, em seu artigo 227 e parágrafos, adotou oficialmente no país a Teoria da Proteção Integral, a qual reconhece a criança e o adolescente como cidadãos, ou seja, como sujeitos portadores de direitos, respeitada sua situação de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.

Conseqüentemente, em 1990, é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ratificando a Teoria da Proteção Integral adotada. Como novidades, o ECA traz a expressão Política de Atendimento, referindo-se às ações articuladas e integradas em uma rede de serviços. Outra novidade é a articulação das instâncias da Federação – União, Estado, Distrito Federal e Municípios – que são organizadas com base nas diretrizes da descentralização político-administrativa e da participação popular.

O ECA se caracteriza pelo compromisso do Estado em oferecer assistência integral, pública, gratuita e universal à criança e ao adolescente de acordo com suas necessidades de cada fase de seu desenvolvimento.

No que diz respeito ao acolhimento institucional de medida sócio protetiva, o ECA preconiza que este serviço não deva ser confundido com a modalidade socioeducativa. Além disso, o encaminhamento de crianças e adolescentes a modalidade de acolhimento institucional só devem ser após serem esgotados todos os recursos para a sua manutenção na família de origem, extensa ou na comunidade.

De acordo com o ECA em seu Art. 2º, considera-se adolescente a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, e conforme preconizado no Art. 3º gozam de todos os direitos

fundamentais inerentes a pessoa humana, constando no Art. 4º a atribuição:

“dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

As medidas de proteção de que trata o ECA em seu Art.98, relaciona-se as hipóteses em que se considera que o adolescente se encontra na chamada “situação de risco”, ou seja, em condição de maior vulnerabilidade, demandando uma atenção especial por parte da “rede de proteção” e dos órgãos de defesa dos direitos infanto-juvenis.

Considerando a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança de 1989 e o ECA, se faz importante mencionar que o adolescente não pode ser visto ou tratado como mero “objeto de medidas de proteção”, deve ser reconhecido como portador de direitos fundamentais, dotado de autonomia e identidade própria e deve ser facultado a sua participação na tomada das decisões que lhe estão diretamente atreladas. A aplicação das medidas de proteção deve observar uma série de normas, parâmetros e cautelas, dentre as quais se encontra a obrigatoriedade de ouvir e de levar em consideração a “opinião informada” do adolescente.

Refletir acerca da adolescência exige compreendê-la permeada por categorias, tais como, classe social, gênero, religião, raça, etnia, entre outras, e que as mudanças que vivenciamos hoje estão relacionadas ao estágio de desenvolvimento do sistema capitalista e que acompanha o aumento da pobreza e conseqüentemente o aguçamento das mazelas da “questão social”, neste contexto observamos uma maior vulnerabilidade do adolescente que exige respostas expressas através das políticas públicas.

No Brasil, historicamente, a política de atendimento à infância e ao adolescente em situação de abandono sofreu e continua sofrendo várias transformações conforme evidenciado por Rizzini (2007). Assim a implantação da política de atendimento passou pelo domínio da igreja, das entidades filantrópicas até se tornar responsabilidade do Estado.

Ressaltamos a transformação ocorrida onde foi a partir da Constituição Federal de 1988, e com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 – lei federal nº 8.069/90, que as crianças e os adolescentes passaram de “objetos de tutela” a “sujeitos de direitos e deveres”. Dessa forma, passam a ser considerados como prioridade absoluta sendo esta concepção difundida por meio do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

O SGD foi criado pelo Conselho Nacional dos direitos da Criança e do adolescente (CONANDA) a partir da resolução nº 133, publicada em abril de 2006, dispondo acerca dos parâmetros para institucionalização e fortalecimento do SGD, que tem como objetivo dar materialidade ao art.86 do ECA. Conforme definido no Art. 1º o SGD é composto por órgãos e instituições de promoção de direitos e controle social bem como de defesa de

direitos, que devem se articular com os demais sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, principalmente com a área da saúde, educação, assistência social, trabalho, entre outras (CONANDA, 2006).

O CONANDA é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal. É o órgão responsável por tornar efetivos os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, foram estabelecidas as diretrizes para uma política pública que tenha como finalidade priorizar crianças e adolescentes reconhecidos em sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento (JANCZURA, 2005, p.8).

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso em condições dignas de existência conforme preconizado no art.7º do ECA.

A Assistência Social configura-se como um dos elementos do tripé da Seguridade Social junto com a Saúde e com a Previdência Social, tendo como marco a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) – que reconhece a assistência social como política pública. A partir do momento que a assistência Social passou a integrar a seguridade social, e adquiriu caráter de política pública de proteção social, tem como finalidade garantir os direitos sociais de acordo com o que está preconizado na Constituição Federal. O público alvo da política de assistência social é constituído por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco. Os serviços operacionalizados por esta política são denominados socioassistenciais e se caracterizam enquanto atividades continuadas que tem a finalidade de trazer melhoria da qualidade de vida para a população atendida.

De acordo com a LOAS, os programas gestados e operacionalizados pela assistência social, constituem-se em ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, a fim de qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e serviços assistenciais (BRASIL, 1993, art.24).

Em um contexto maior e de significativa necessidade de reestruturação da política pública de assistência social, foi aprovado em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

Em dezembro de 2004, foi criada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS) com a finalidade de consolidar os direitos sociais na LOAS e a implementação do SUAS. Através da PNAS se estabelecem as bases para o novo modelo de política de assistência social por meio do SUAS e tem como eixos estruturantes: a Matricialidade Sociofamiliar, a Descentralização político-administrativa e Territorialização, as Novas bases para a relação Estado e Sociedade Civil, o Financiamento, o Desafio da participação popular/cidadão

usuário, a Política de Recursos Humanos, a Informação, Monitoramento e Avaliação.

Os eixos são as bases organizacionais que estabelece, define e organiza a operacionalização da política de assistência social nos territórios. São de suma importância, pois propicia qualidade e padronização dos serviços ofertados, assim como na terminologia dos serviços socioassistenciais, além de indicadores que ajudam a avaliação dos resultados. (PRATES, 2013:2)

Nesse contexto, destacamos conforme definido na lei às funções dos serviços socioassistenciais, sendo: vigilância sociassistencial; defesa social e institucional e proteção social. Dentre as formas de organização da proteção social destacamos a proteção social especial de alta complexidade, que garante proteção integral – moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando serem retirados de seu núcleo familiar ou comunitário.

Tendo em vista a argumentação teórica supracitada, este equipamento objeto da análise deste artigo, como já fora mencionado, insere-se na proteção social de alta complexidade do SUAS confirmando-se, de acordo com o ECA, em uma unidade de acolhimento de medida protetiva de caráter provisório e excepcional (Art. 101). O acolhimento institucional neste equipamento adota os seguintes princípios previstos no Art. 92 do ECA.

VIVENCIANDO O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO

Evidenciamos que a proposta de trabalho ora desenvolvida nesta unidade de acolhimento perpassa pela operacionalização com vistas em: 1- a provisoriedade - quando o afastamento do convívio familiar for a medida mais adequada para se garantir a proteção da criança e do adolescente em determinado momento, esforços devem ser apreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (BRASIL, 1990); e a 2 - excepcionalidade - onde todos os esforços deverão ser empreendidos no sentido de manter o convívio da criança e do adolescente com sua família de origem (nuclear ou extensa) e garantir que seu afastamento do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas naqueles casos em que a situação representar grave risco a sua integridade física e psíquica (BRASIL, 1990).

Assim como buscamos dar materialidade aos princípios previstos pelo CONANDA e pela PNAS, consideramos as “Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”: preservação dos vínculos familiares e comunitários; garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; oferta de atendimento personalizado e individualizado; garantia de liberdade de crença e religião; respeito à

autonomia da criança, do adolescente e do jovem (CONANDA e CNAS, 2008).

As ações desenvolvidas junto com as adolescentes acolhidas nesta unidade expressas através dos objetivos gerais e específicos são norteadas pelas normativas, instituídas pelo CONANDA e CNAS, para o sistema de acolhimento para crianças e adolescentes. Tem como objetivo geral garantir o atendimento integral às adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social, enquanto medida protetiva, na perspectiva de viabilizar o processo de reinserção familiar e/ou comunitário. A meta proposta é acolher 20 (vinte) adolescentes com vistas a reinserir no mínimo 12 (doze) adolescentes ao ano.

Para a concretização das ações, no que tange a efetivação dos direitos das adolescentes, é fundamental a articulação entre os órgãos que compõem a rede de promoção, defesa e controle dos direitos.

Nessa direção consideramos o que denominamos de viabilidade dos indicadores de intervenção, sendo estes: elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA da adolescente com participação desta; atendimento social e acompanhamento sistemático; encaminhamentos pertinentes; elaboração dos relatórios sociais; alimentação sistemática do Módulo Criança Adolescente (MCA); estudos de casos envolvendo toda a rede de proteção existente no município do Rio de Janeiro tais como: juizado, a promotoria, a defensoria e os conselhos Tutelares, as instituições da política de Assistência Social; da saúde, Habitação; Educação, Trabalho e renda e Cultura, com participação a 2ª CASDH e a Subsecretaria de Proteção Especial - Subpse de acordo com a metodologia proposta.

Elencamos o planejamento para estabelecer tanto a metodologia quanto o fluxo dentro do equipamento, de forma simplificada ressaltamos: Recepção das adolescentes; Acolhimento e Entrevista Social; Comunicação de ingresso/desligamento a Vara da Infância; Encaminhamentos necessários; Atividades desenvolvidas com as adolescentes dentro e fora do equipamento; Trabalho com as Famílias; Articulação Interinstitucional e Intersetorial; Desligamentos; Participação em espaço de reflexão extra muro; Calendário de reuniões e encontros; Assembleias com funcionários e com adolescentes; Monitoramento e avaliação.

Criamos o monitoramento das ações atrelado a metas alcançadas por bimestre como critério de avaliação para alcançar a materialização das ações, onde quando não ocorre esta materialização identificamos o fator entrave para investirmos em sua possível superação:

1ª bimestre - avanço 1- documentação

1ª bimestre - avanço 2- acesso à saúde

1ª bimestre - avanço 3 – tratamento de saúde

1ª bimestre - avanço 4 – escolaridade

1ª bimestre - avanço 5 – localização familiar

2ª bimestre - avanço 6 – acompanhamento familiar

2ª bimestre - avanço 7 – documentação familiar e moradia

2ª bimestre - avanço 8 – acesso da família a renda

3ª bimestre - avanço 9 – qualificação profissional

3ª bimestre - avanço 10 – reinserção familiar e/ou comunitária

Elencamos o diagnóstico das ameaças existentes para a proposta de trabalho nesta Unidade de Acolhimento: alguns Conselhos Tutelares se fazem ausentes e acabam por dificultar o entendimento e condução dos casos, bem como, por vezes, há a ausência do relatório que originou o pedido de medida protetiva justificando seu acolhimento institucional; dificuldade em agendamentos para estudos de caso e envio de relatório de retorno do acompanhamento junto ao território das famílias; Fragilidade na sustentabilidade das reinserções por falta de acompanhamento as famílias nos seus territórios; Fluxo para acolhimento visando o preenchimento imediato da vaga; existência de ONG Co-gestora que é distante da realidade da URS e burocrática na contratação dos funcionários gerando déficit dos mesmos; Ausência de respostas imediatas às demandas de infraestrutura.

Bem como elencamos o diagnóstico das potencialidades: numero de reinserções crescentes; criação do Projeto Janela dos Sorrisos (pautado na rede de voluntariados e juntamente com instituições de ensino superior); oficinas diversas (lúdicas, culturais e esportivas) sendo oferecidas de forma sistemática as adolescentes; assembleias e reuniões sendo garantidas enquanto espaço de diálogo e construção.

Compreendemos que o planejamento das ações possibilita que as informações possam ser socializadas dentro da equipe e fora deste espaço institucional, enquanto produção do conhecimento (científico) contribuindo para o compartilhamento das experiências e um constante aprendizado e aprimorando das ações futuras, fortalecendo a proposta de trabalho comprometida com a garantia dos direitos do público alvo desta política.

REFERÊNCIAS

AMENCAR. **Metodologia para um processo de planejamento estratégico**. Cadernos de estudo. 1 ed; 1997.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Coleção Saraiva de Legislação. Ed. Saraiva, 22ª edição, 1999.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA**, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8742, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, novembro de 2004.

BRASIL, **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, junho de 2009.

BRASIL, **Lei nº 12.010**, de 29 de julho de 2009 - DOU 04.08.2009.

BRASIL, **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. – Brasília-DF : Conanda, 2006. 130 p.

COELHO, M. **Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social**. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 03 -22. (Coletânea Nova de Serviço Social).

FORTI, V.; GUERRA, Y. “**Na prática a teoria é outra?**”. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 03 -22. (Coletânea Nova de Serviço Social).

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade n. 62**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Ensino da Prática no Serviço Social: elementos para reflexão**. Revista Temporalis, Brasília, nº2, ABEPSS, 2000.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: **Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Brasília. Pág. 16-50.

JANCZURA, Rosana. **Abrigos para Adolescentes: lugar social de proteção e construção de sujeitos?** **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº 4, ano IV, 2005.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista/ Georg Lukács**; tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MDS, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

MENDONÇA, M. H. M. “**O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas**”, In: **Caderno de Saúde Pública**, Sup. 18, RJ, 2002, pp. 115.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992. _____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In MOTA A.E. et al (orgs) **Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional**. 4e.d., São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, A.R. “**Histórico da política de atendimento à infância e ao adolescente no Brasil**” In: DINIZ, A. & CUNHA, R. (Orgs.) **Visualizando a política de atendimento à criança e ao adolescente**, Litteris. Ed.: KroArt: Fundação Bento Rubião, 1988.

PRATES, Angela Maria M.. Costa. **Reflexão sobre os Eixos Estruturantes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Revista Capital Científico - Eletrônica (RCCe). Paraná: UNICENTRO, v. 1, n. 2, 2013.

RIZZINI, Irene (coord.); BAPTISTA, Rachel; NAIFF, Luciene; RIZZINI, Irma. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiência de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo, Ed. Cortez; Brasília, DF; UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2007.

VASCONCELLOS, Amélia Thereza de Moura. **A relação família, escola, comunidade**. In: FICHTNER, Nilo (org.). Transtornos mentais da infância e da adolescência, um enfoque desenvolvimental. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 11, 12, 13, 16, 17, 18, 25, 58, 63, 69, 110, 145, 146, 202

Adoção 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

Adolescente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 83, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 165, 166, 175

Aposentadoria 175, 177, 178, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 202, 203, 207, 212

Assistência Social 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 33, 44, 50, 51, 54, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 82, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 98, 129, 130, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 181, 193, 194, 201, 202, 205, 209, 211, 212, 213, 215

Ato Infracional 6, 7, 8, 9, 10, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 38, 40, 41

B

Brasil 2, 3, 4, 9, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 24, 25, 27, 30, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 82, 83, 86, 98, 106, 110, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 143, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 171, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 182, 190, 191, 200, 201, 203, 204, 211, 213, 214

Brasileira 2, 3, 15, 27, 44, 46, 51, 52, 67, 71, 75, 82, 95, 125, 130, 132, 134, 137, 139, 157, 158, 163, 166, 170, 177, 180, 181, 191, 201, 211, 212, 213

C

Capitalismo 5, 9, 19, 27, 82, 88, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 125, 126, 132, 133, 134, 140, 154, 155, 156, 165, 174, 200, 213

Conflito 1, 2, 6, 7, 8, 9, 23, 28, 29, 125, 146, 164

Criança 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 30, 40, 41, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 81, 100, 103, 110, 144, 145, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175

D

Delegacia 141, 142, 143, 144, 145, 146

Desigualdade 24, 37, 79, 82, 105, 109, 112, 113, 119, 142, 156, 157, 179

Direito 1, 3, 6, 7, 9, 12, 15, 19, 20, 35, 37, 38, 48, 51, 52, 61, 66, 68, 70, 72, 77, 79, 85, 89, 107, 109, 110, 111, 118, 119, 124, 127, 129, 138, 151, 153, 154, 156, 159, 166, 167, 168, 170, 172, 179, 180, 181, 182, 188, 201, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

E

Envelhecimento 175, 176, 177, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 206, 207, 211, 213, 214, 215

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 48, 50, 57, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 118, 124, 125, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 140, 144, 147, 150, 151, 152, 153, 157, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 179, 181, 196, 201, 208, 209, 211, 212, 213

F

Família 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 24, 32, 34, 38, 39, 48, 50, 58, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95, 105, 106, 109, 113, 114, 116, 118, 119, 127, 128, 146, 164, 165, 166, 167, 169, 175, 180, 182, 190, 199, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 212, 213, 214, 215

Famílias 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 18, 33, 35, 37, 38, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 108, 118, 126, 146, 163, 166, 201

G

Gênero 14, 57, 71, 78, 80, 100, 109, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 131, 134, 139, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 212

I

Idoso 176, 179, 180, 185, 190, 191, 198, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

Institucional 4, 11, 12, 13, 16, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 90, 91, 92, 93, 124, 165, 167

L

Lei 1, 2, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 28, 29, 30, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 51, 64, 69, 70, 74, 86, 87, 100, 107, 110, 127, 129, 130, 133, 136, 137, 139, 143, 147, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 179, 190, 191, 199, 205, 207, 209, 210, 212, 213, 214

M

Mãe 54, 58, 72, 78, 102, 107, 119, 162, 164, 166, 167, 169

Medida 4, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 68, 97, 116, 120, 124, 134, 135, 136, 143, 145, 185, 200

Mulheres 46, 54, 62, 78, 104, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 182, 194, 200, 201, 206, 211, 215

P

Política 1, 2, 5, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 30, 31, 40, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 96, 104, 107, 110, 114, 115, 124, 127, 130, 132, 133, 134, 136, 139, 143, 151, 153, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 174, 176, 179, 181, 182, 190, 191, 193, 194, 201, 202, 203, 210, 212, 213, 215

Política Pública 15, 68, 69, 70, 89, 130, 143, 210

Prática 1, 13, 19, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 34, 37, 60, 63, 74, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 123, 126, 144, 170, 171, 172, 175, 181

Prisional 133, 136, 137, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158

Promoção da Saúde 42, 45, 49, 50, 178

Q

Questão Social 4, 6, 7, 9, 10, 14, 24, 27, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 66, 67, 77, 80, 82, 85, 86, 88, 89, 98, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 168, 170, 173, 179, 201

R

Rede 13, 14, 17, 18, 33, 34, 36, 37, 38, 43, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 91, 92, 93, 94, 102, 103, 109, 123, 129, 130, 131, 143, 167, 169, 173, 189, 210, 215

S

Saúde 5, 14, 15, 17, 19, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 93, 96, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124, 129, 130, 131, 136, 139, 143, 144, 150, 155, 157, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 179, 181, 188, 189, 191, 194, 195, 201, 202, 203, 206, 209, 210, 212, 214, 215

Serviço Social 1, 10, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 40, 41, 42, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 109, 110, 111, 121, 132, 133, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 160, 161, 169, 174, 177, 191, 193, 206, 215

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 113,

114, 115, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Sociedade 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19, 24, 27, 28, 32, 37, 39, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 89, 94, 95, 96, 97, 104, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126, 127, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 176, 177, 179, 180, 181, 185, 187, 189, 191, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 207, 208, 211, 214

Socioassistencial 33, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 70, 71, 87, 167, 169, 215

Socioeducativa 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40

Sujeito 6, 23, 25, 30, 43, 44, 47, 49, 50, 57, 68, 73, 74, 108, 124, 125, 136, 154, 162, 177, 178, 181, 187, 189, 200

T

Trabalho 3, 4, 5, 7, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 105, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 154, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 164, 168, 169, 172, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214

V

Violência 1, 7, 10, 12, 22, 25, 27, 34, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 52, 60, 62, 67, 71, 92, 95, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 154, 159, 208, 215

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

4

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020